

ANEXO 01

IMMEL - INSTITUTO PARA UM MUNDO MELHOR

"Prosperar gerando prosperidade "

E S T A T U T O

CAPÍTULO I

Da Constituição, Sede e Área de Ação

Artigo 1º - O INSTITUTO PARA UM MUNDO MELHOR, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 04.07.2003, tendo como área de abrangência todo o território nacional e será regido pelo presente Estatuto.

Artigo. 2º - O Instituto adotará como sigla a palavra IMMEL, terá tempo de duração indeterminado e terá como sede e foro na rua Portugal nº 5/7, Edf. Status, Sala nº 910, Comércio, Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Artigo 3º - O IMMEL - atenderá às finalidades assistenciais, prestação de serviço educacional, social, cultural, desportivo, ambiental e comunitário.

Parágrafo Único - No cumprimento de suas finalidades O IMMEL não fará distinção alguma quanto à origem, raça, cor, credo, sexo, religião, nacionalidade, ou outra qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.

CAPÍTULO II

Dos objetivos

Artigo 4º -- O IMMEL, terá como objetivo básico oferecer todo tipo de consultoria e assessoria às comunidades, entidades educacionais, associações de moradores urbanas e rurais, de categorias profissionais e de trabalhadores, fomentar a qualificação profissional através de estabelecimentos profissionalizantes, culturais, desportivos, filantrópicos, clubes de serviço, órgãos governamentais e não governamentais, além de buscar congregar os habitantes ou associados desses segmentos, em torno de seus problemas fundamentais, buscando soluções, promovendo a Economia Solidária, o comércio justo e o consumo consciente, a Provisão Habitacional Urbana e Rural, compreendendo: Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; Requalificação de Imóveis; e, Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, o desenvolvimento e apoio à agricultura familiar, o desenvolvimento e apoio aos Empreendedores Individuais, o desenvolvimento comunitário, associativo, educacional, artístico, cultural, desportivo, sócio-econômico e humano, proporcionando – lhes condições adequadas para a plena realização das suas funções e potencialidades.

Parágrafo Primeiro – O IMMEL, no encaminhamento de suas atividades poderá contratar serviços e assistências necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras, podendo realizar convênios com quaisquer entidades públicas ou privadas.

[Handwritten signatures and notes]
298-BA/14296

Parágrafo Segundo - O cumprimento dos objetivos será feito através de Estabelecimentos, Departamentos, Instituições, Serviços, Convênios e Parcerias, por meio de Centros de Desenvolvimento Social, Centros de Assistência Social, Centros de Convivência de Idosos, Creches maternas e escolares, Clínicas para Orientação de Saúde e outras instrumentalidades lícitas, de acordo com os princípios da entidade.

Artigo 5º - O IMMEL, no cumprimento dos seus objetivos, propõe-se a:

I - Buscar integração e identidade de propósitos com os habitantes dos municípios brasileiros pelo bem comum;

II - Atentar para as condições sociais das comunidades e de quaisquer segmentos sociais, artísticos, culturais, educacionais, desportivos, em busca de soluções que visem o seu desenvolvimento;

III - Reivindicar e promover junto aos órgãos públicos e agentes financiadores, melhorias e ou reparos referentes à urbanização e infra-estrutura em benefício das comunidades inclusive promovendo Ações de Provisão Habitacional de Interesse Social, urbana e rural: na Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; na Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; na Requalificação de Imóveis; e, no Apoio à prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social;

IV - Planejar e promover atividades que tenham como objetivo o atendimento das necessidades da população, nas áreas de educação, saúde, lazer, transporte, comunicação e segurança;

V - Orientar seus associados, conveniados, contratados e consultores para serviços que visem qualquer tipo de melhoria para as comunidades;

VI - Colaborar com os órgãos públicos ou privados, responsáveis pelos serviços de infra-estrutura dos municípios brasileiros;

VII - Colaborar com entidades que atuem nas áreas sociais, educacionais, artísticas, culturais, desportivas e que possam trazer benefícios à população;

VIII - Promover intercâmbio de cooperação entre entidades nacionais e internacionais para troca de conhecimentos tecnológicos, científicos, desenvolvimento de produtos pedagógicos e capacitação de pessoal;

IX - Qualificação de pessoal nas áreas de educação, tecnologias administrativas e marketing através de reciclagem, graduação e pós graduação, através de convênio;

X - Elaboração de projetos educativos e educacionais que visem a formação, habilitação, capacitação e qualificação profissional para os seguintes setores: Escolas públicas ou privadas; Instituições de ensino profissionalizantes; técnico; Instituições de apoio social e do sistema prisional; Instituições de qualificação do trabalhador; Instituições ligadas aos meios de comunicação.

XI - Estabelecer convênios de contratos de assessoramento, e execução de projetos educacionais para as instituições públicas ou privadas.

XII - Promover o aperfeiçoamento e a qualificação profissional dos trabalhadores, urbanos e rurais, através da realização de treinamentos, cursos, seminários, palestras, etc, através de contratos, convênio, parcerias e projetos;

XIII - Difundir e propagar princípios morais, éticos, solidários e de saúde

XIV - Propiciar assistência educacional, social beneficente, inclusive de prevenção e proteção à saúde e ao meio ambiente;

XV - Contribuir para o desenvolvimento do espírito de solidariedade comunitária, através do aperfeiçoamento do ser humano e o desenvolvimento de suas potencialidades;

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 28/09/2017



Handwritten signature and date
28/09/2017

XVI - Cooperar com os órgãos públicos, promovendo, apoiando e/ou executando ações e programas assistenciais, habitacionais, da agricultura familiar, da saúde, da erradicação do analfabetismo e da miséria, dentro de suas disponibilidades econômicas, administrativas e funcionais;

XVII - Promoção da assistência social, cultural, defesa e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico;

XVIII - Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a lei 9.790/99;

XIX - Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de que trata a lei 9.790/99;

XX - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

XXI - Promoção do desenvolvimento econômico, agroindustrial familiar e comunitário, social e combate à pobreza, experimentação não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

XXII - Promoção da ética, da paz, da cidadania, do voluntariado, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XXIII - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar e a Defesa dos Direitos dos Consumidores;

XXIV - Execução de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, mediante concessão, permissão ou autorização de exploração de radiodifusão comunitária de acordo com a legislação específica;

XXV - Propugnar pela assistência à saúde e previdência social aos associados podendo criar serviços próprios ou estabelecer convênios de qualquer natureza com terceiros;

Parágrafo Único - Contratar ou intermediar com companhias seguradoras seguros de: saúde, vida, veículos, acidentes pessoais, previdência privada, planos odontológicos e outros em favor dos associados interessados.

Artigo 6º - O presente Estatuto poderá ser modificado, observando o Artigo 19º, desde que as modificações a serem introduzidas, não firam os objetivos de benefício aos segmentos especificados no artigo anterior.

CAPÍTULO III

Dos associados - direitos e deveres

Artigo 7º -- O quadro social será composto das seguintes categorias de associados:

I- FUNDADORES – os que assinarem o termo da ata de fundação do IMMEL, sendo obrigatório a frequência às reuniões e o pagamento de mensalidades e ou taxas fixadas.

II - EFETIVOS – os que forem indicados pelos associados fundadores e efetivos aprovados por unanimidade de votos do Conselho de Administração, sendo obrigatório a frequência às reuniões e o pagamento das mensalidades e ou taxas.

III - COLABORADORES – os que desejarem se vincular ao IMMEL, sendo obrigatório o pagamento das mensalidades e ou taxas.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 25/09/2017

073.57 74.296

IV - SOLIDÁRIOS – os que desejarem se vincular ao IMMEL , colaborando com os serviços do mesmo, sendo facultativo o pagamento das mensalidades e ou taxas.

V - BENEMÉRITOS – aqueles a quem o Conselho de Administração, por unanimidade, desejar homenagear por haver prestado relevantes serviços ao IMMEL .

VI - INSTITUCIONAL – pessoas jurídicas do terceiro setor, cujas atividades tenham ligação direta ou indireta com o IMMEL podendo sua admissão ser precedida de acordo ou convênio em que se estabeleça a reciprocidade com relação ao envio de publicações, informações, desenvolvimento de trabalho em conjunto e quaisquer outras atividades de caráter artístico, social, desportivo, tecnológico ou científico.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração estabelecerá os valores das mensalidades e/ou taxas a serem pagas pelos associados.

Artigo 8º - São direitos dos associados :

I - Frequentar a sede do IMMEL ;

II - Participar de suas atividades;

III - Participar das Assembléias Gerais e exercer o direito de votar e ser votado, desde que estejam em dias com as contribuições exigidas pelo IMMEL ;

IV - Propor candidatos a associados ;

V - Ser eleito para qualquer cargo de acordo com este Estatuto;

VI - Propor ao Conselho de Administração, por escrito ou verbalmente, quaisquer medidas em benefício do IMMEL e das entidades ou comunidade assistidas ;

VII - Recorrer dos atos do Conselho de Administração, quando julga-los prejudiciais aos seus direitos e ou aos direitos das comunidades e/ou entidades;

VIII - Requerer informações sobre assuntos que lhe digam respeito;

IX - Solicitar esclarecimentos sobre as atividades do IMMEL sendo-lhes facultado consultar, na sede administrativa, dentro do mês que anteceder à Assembléia Geral Ordinária, o relatório do Conselho de administração e balanço geral, o orçamento anual, o parecer do Conselho Fiscal e os livros do IMMEL.

Parágrafo Único – Os direitos estabelecidos nos itens 3, 4, 5, 7 e 9 deste Artigo, são exclusivamente para os associados fundadores e efetivos.

Artigo 09º -- São deveres de todos os associados :

I - Acatar os atos da Assembléia Geral e do Conselho de Administração;

II - Obedecer às disposições dos estatutos e Regimento Interno da Entidade;

III - Cooperar com todas as atividades que visem o cumprimento dos objetivos aos quais o Instituto se propõe;

IV - Pagar, dentro dos prazos previstos pelo IMMEL as mensalidades e ou taxas fixadas pela Entidade em consonância com este Estatuto.

Artigo 10º - Perde-se a condição de associados, de acordo com as normas descritas no Regulamento Interno:

I - pela demissão

II - pela exclusão

III - pela inadimplência

IV - pelo falecimento.

0 REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 28/09/2017

[Handwritten signatures and marks]
4
OAB-BA 114296

Artigo 11º -- A demissão será concedida mediante pedido expresso dos associados, anotando-se o ato respectivo no livro de registros dos associados, com a assinatura do demissionário e dos representantes legais do Instituto.

Artigo 12º -- O descumprimento de qualquer disposição deste Estatuto, ou a prática de ato lesivo aos interesses e objetivos do IMMEL, implicará na exclusão do associado, por ato do Conselho de Administração, cabendo recurso à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único -- Decorrido o prazo sem interposição de recurso, ou se este for denegado pela Assembléia Geral, efetivar-se-á a exclusão mediante termo lavrado no livro de registro de associado, com a transcrição das circunstâncias que motivaram a exclusão.

CAPÍTULO IV

Da Estrutura e Competência dos órgãos que administram

Artigo 13º -- O IMMEL exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral
- II - Conselho de Administração
- III - Diretoria Executiva
- IV - Conselho Fiscal
- V - Conselho Consultivo

Da Assembléia Geral

Artigo 14º -- A Assembléia Geral é o órgão máximo do IMMEL e reunir-se-á, Ordinária e Extraordinariamente, observadas as formalidades legais e as disposições do presente Estatuto.

Artigo 15º -- A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, dentro do terceiro mês seguinte ao término do exercício social, o qual coincidirá com o exercício civil.

Artigo 16º -- Compete à Assembléia Geral Ordinária deliberar sobre:

- I - As contas e o balanço geral;
- II - O relatório do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal;
- III - Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV - O orçamento anual de receita e despesa do IMMEL;
- V - Quaisquer assuntos de interesse do IMMEL, constantes do edital de convocação.

Artigo 17º -- O Conselho Administrativo comunicará, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data marcada para realização da Assembléia Geral Ordinária e na forma dos Artigos 20º e 21º, que se acham à disposição dos sócios:

- I - Relatório do Conselho Administrativo;
- II - Balanço geral de contas;
- III - Parecer do Conselho Fiscal;
- IV - Orçamento anual de receita e despesa.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43623 DO
LIVRO: A em 28/10/17

[Handwritten signatures and stamps]
018-57/4296

Artigo 18º -- A Assembléia Geral Extraordinária será convocada, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal ou, ainda, por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados fundadores e efetivos.

Parágrafo Único -- O requerimento dos sócios para convocação de Assembléia Geral Extraordinária deverá ser devidamente fundamentado.

Artigo 19º -- Compete à Assembléia Geral Extraordinária, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados fundadores e efetivos, deliberar sobre:

- I - Reforma de estatuto;
- II - Destituição de qualquer membro dos órgãos administrativos;
- III - Recurso apresentado por associado excluído;
- IV - Dissolução da entidade;
- V - Qualquer assunto de interesse da Entidade.

Parágrafo Único -- No caso de alteração do Estatuto ou destituição de administradores deverá ser respeitado o Parágrafo único do art. 59 do Código Civil.

Artigo 20º -- As Assembléias Gerais realizar-se-ão, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos sócios fundadores e efetivos; em Segunda convocação, a ser realizada, 30 (trinta) minutos após a primeira, com metade mais um; e, em terceira e última convocação, 30 (trinta) minutos após a hora fixada para a Segunda, com a presença mínima de 10 (dez) sócios fundadores ou efetivos.

Artigo 21º - A convocação de qualquer Assembléia Ordinária será feita através de editais e dos meios de divulgação ao alcance do IMMEL , com antecedência de 30 (trinta) dias. Este procedimento será de, no mínimo, 10(dez) dias para as Assembléias Extraordinárias.

Parágrafo Primeiro -- A Assembléia Geral será realizada na sede do IMMEL . Em caso de força maior poder-se-á efetuar em outro local, desde que na mesma cidade em que o Instituto tenha sede, devendo o respectivo edital indicá-lo com clareza.

Parágrafo Segundo - Cada associado terá direito a apenas um voto na Assembléia Geral.

Parágrafo Terceiro - Os presentes à Assembléia Geral deverão provar a qualidade de associado e assinar o livro de presenças.

Parágrafo Quarto - O sócio não terá direito a voto quando admitido no IMMEL depois da convocação da Assembléia Geral ou quando a Assembléia Geral tiver que deliberar sobre assunto que se refira ao próprio sócio.

Parágrafo Quinto - Às decisões de Assembléia Geral se obrigam todos os associados , ainda que discordantes.

Das Eleições

Artigo 22º -Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos no IMMEL, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva.

Artigo 23º - as eleições para membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta, por aclamação.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A. em 28/09/17

[Handwritten signatures and marks]
6
OAB-BR 14296

Parágrafo único – Os associados Fundadores ou Efetivos interessados em se candidatarem à Diretoria Executiva também deverão encaminhar suas chapas ao Comitê Eleitoral para que sejam eleitos e empossados em conformidade com os Arts 26º Parágrafo Segundo e Art. 27º, Inciso I.

Artigo 24º - Só poderão participar de chapas como candidatos a eleição, os associados em dia com as suas obrigações perante o IMMEL e em conformidade com o presente Estatuto.

Parágrafo Primeiro – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos dos associados presentes na eleição.

Parágrafo Segundo – Estará em condições de votar, o associado em dia com as suas obrigações e terá direito a um só voto.

Parágrafo Terceiro – Os membros eleitos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente na mesma assembléia.

Artigo 25º - As chapas deverão ser inscritas e apresentadas, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Do Conselho de Administração

Artigo 26º -- O Conselho de Administração, observado o que dispõe o Artigo 8º, será composto por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) efetivos e 03(três) suplentes, todos associados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 08 (oito) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si, no ato de sua posse, aquele que exercerá as funções de Presidente do Conselho.

Parágrafo Segundo – Na mesma Assembléia Geral Ordinária em que for eleito e empossado, o Conselho de Administração fará a eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva

Parágrafo Terceiro - Quaisquer dos demais Conselheiros poderão, “ad referendum” dos demais, substituir o Presidente do Conselho de Administração, por solicitação do mesmo, quando de sua eventual ausência.

Artigo 27º -- Compete ao Conselho de Administração:

I - Eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva;

II - Elaborar o Regimento Interno;

III - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento Interno, bem como as deliberações das Assembléias Gerais;

IV - Reunir-se em sessão, pelo menos uma vez por mês;

V - Encaminhar as solicitações de despesas extraordinárias apresentadas pela Diretoria Executiva, para à apreciação do Conselho Fiscal. Obtendo parecer favorável, aprovará , sempre “ad referendum” da Assembléia Geral, quando o valor da despesa for igual ou inferior ao limite estabelecido no Artigo 36º, item 05, ou CONVOCARÁ uma Assembléia Geral, quando o valor de tais despesas ultrapassar o referido limite;

VI - Convocar Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária.

VII - Aprovar a implantação de Projetos e Instituições subordinadas ao IMMEL

0 REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 28/09/14

[Handwritten signatures and marks]
7
013-37/14296

- VIII - Encaminhar ao Comitê Eleitoral Chapa para Eleição da Diretoria Executiva.
- IX - Aprovar a proposta Orçamentária Trimestral, elaborado pela Diretoria Executiva;
- X - Liberar do Fundo de Investimento Social (FINSOL) o recurso para execução do Orçamento Trimestral aprovado pelo Conselho.
- XI - Indicar Associado Institucional para compor o Conselho Consultivo da Entidade.

Artigo 28º -- Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I - Presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- II - Assinar as atas de Assembléia da Entidade, depois da votação e do registro das assinaturas do livro de presenças;
- III - Recorrer das resoluções do Conselho de Administração, que julgar contrárias aos interesses da Entidade ou desacordo com o Estatuto, apelando à Assembléia Geral, se necessário;
- IV - Fazer cumprir as determinações deste Estatuto.
- V - Nomear, dentre os associados fundadores, efetivos ou colaboradores, Diretores de Departamento do Instituto, definidos em Regimento Interno.
- VI - Nomear Diretores Regionais e Gestores de Núcleos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios e/ou comunidades, escolhidos dentre os associados fundadores, efetivos ou colaboradores,
- VII - Presidir as reuniões da Assembléia Geral;
- VIII - Designar um dos demais Conselheiros para Secretariar as reuniões do Conselho de Administração;
- IX - Designar, quaisquer dos Conselheiros Suplentes para substituir o Diretor Executivo em quaisquer de seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Da Diretoria Executiva

Artigo 29º - Compete à Diretoria Executiva:

- I - Dirigir e administrar a Entidade;
- II - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento Interno, bem como as deliberações do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais;
- III - Reunir-se em sessão, pelo menos uma vez por mês;
- IV - Elaborar trimestralmente a proposta orçamentária do IMMEL, submetendo-a à apreciação do Conselho de Administração que, em caso de aprovação, fará a liberação do FINSOL do recurso necessário à sua execução
- V - Admitir ou demitir empregados, quando julgar conveniente;
- VI - Encaminhar projetos e submetê-los para aprovação do Conselho de Administração.
- VII - Solicitar do Conselho de Administração recursos para execução de DESPESAS EXTRAORDINARIAS;

Artigo 30º A Diretoria Executiva será composta de: Diretor Executivo, Secretário Geral e Coordenador Administrativo eleitos dentre os sócios fundadores e efetivos, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data de sua eleição, sendo admitidas reeleições, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A posse dos diretores se dará na reunião do Conselho de Administração que os elege.

Artigo 31º -- Compete ao Diretor Executivo:

- I - Representar a Entidade em todos os atos oficiais, administrativos e judiciais;
- II - Presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III - Autorizar o pagamento das despesas normais da Agremiação;
- IV - Assinar as atas de reunião da Diretoria Executiva, depois da sua aprovação por maioria simples dos seus membros.
- V - Assinar as correspondências da Entidade;
- VI - Assinar, com o Secretário Geral ou Coordenador Administrativo todas as operações bancárias;
- VII - Fazer cumprir as determinações deste Estatuto.
- VIII - Admitir ou demitir empregados, quando julgar conveniente;
- IX - Apresentar, mensalmente, ao Conselho de Administração, os balancetes das receitas e despesas;
- X - Encaminhar trimestralmente a Proposta Orçamentária do IMMEL ao Conselho de Administração para sua aprovação.

Artigo 32º -- Compete ao Secretário Geral :

- I - Administrar e ou executar todo o serviço de competência da Secretaria;
- II - Redigir e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva ;
- III - Responder pelos serviços da Tesouraria;
- IV - Manter sob sua responsabilidade todos os valores e bens da Entidade;
- V - Assinar os recibos relativos à cobertura de mensalidades, subvenções, doações e legados;
- VI - Efetuar todos os pagamentos da Entidade;
- VII - Assinar, conjuntamente, com o Diretor Executivo, todas as operações bancárias.
- VIII - Manter o cadastro de associados, atendê-los quando procurarem a instituição, controlar a concessão de seus direitos e acompanhar o cumprimento dos seus deveres.

Artigo 33º - Compete ao Coordenador Administrativo;

- I - Substituir o Secretário Geral em seus impedimentos;
- II - Auxiliar o Secretário Geral nas atividades de sua competência para as quais for solicitado.

Do Conselho Fiscal

Artigo 34º - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, eleitos em Assembléia Geral Ordinária, observado o que dispõe o parágrafo Único do Artigo 8º.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal terá mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitido ser reeleito o membro que teve efetivo exercício.

Artigo 36º - São atribuições do Conselho Fiscal:

- I - Fiscalizar a contabilidade do IMMEL, verificando a qualquer momento, o saldo de caixa e, obrigatoriamente, uma vez por mês;
- II - Examinar e emitir parecer sobre os balancetes mensais;
- III - examinar e emitir parecer sobre as contas e relatórios anuais do Conselho Administrativo, bem como, sobre o balanço geral;
- IV - examinar livros, documentos, correspondências e fazer inquéritos;

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: 4 00028109157

9
0AB-CA 14296

V - aprovar "ad referendum" da Assembléia Geral, a efetivação das despesas extraordinárias, até o limite de 100 (cem) salários mínimos que, por sua urgência, não possam aguardar a realização da Assembléia Geral;

VI - convocar a Assembléia Geral Extraordinária.

VII - Criar o Comitê Especial para Coordenar as Eleições do IMMEL na forma do Art.22 deste Estatuto.

Do Conselho Consultivo

Artigo 37º.- O Conselho Consultivo será composto pelo número mínimo de 05 (cinco) e máximo de 20 (vinte) Associados Institucionais, convidadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro- O Associado Institucional, indicará para sua representação no Conselho Consultivo um Titular e um Suplente, para um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Consultivo, terão seus mandatos renovados a cada dois anos no terceiro mês do exercício social.

Parágrafo Terceiro – O membros do Conselho Consultivo, escolherão dentre si o Presidente e Secretário do Conselho

Parágrafo Quarto – O Conselho Consultivo deverá reunir-se mensalmente.

Artigo 38º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Discutir os projetos encaminhados pelos Associados Institucionais, dando seu parecer e encaminhando-os ao Conselho de Administração para sua Deliberação;

II - Desenvolver estudos e propostas em consonância com as ações preconizadas no art. 5º deste estatuto.

Artigo 39º - Compete ao Presidente do Conselho Consultivo

I - Encaminhar ao Presidente do Conselho de Administração todas as decisões do Conselho Consultivo;

II - Elaborar os pareceres a serem encaminhados ao Conselho de Administração.

III - Presidir as reuniões do Conselho.

DOS ÓRGÃOS E ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS

Das Instituições

Artigo 40º - São Instituições do IMMEL, parte integrante dele, a ele subordinado e vinculado, além de outras que vierem a ser criadas; sendo todas sem fins lucrativos:

I.Estabelecimentos Escolares de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior;

II.Estabelecimentos de Saúde tais como hospitais, clínicas, ambulatórios, maternidades e outros afins;

III.Casas de Repouso e Convivência de Idosos, Creches maternal e infantil;

IV.Outros estabelecimentos que venham a ser criados ou incorporados.

Parágrafo único – O funcionamento das Instituições serão regidos pelas disposições deste Estatuto e por Regimento Interno, outorgados pelo Conselho de Administração.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 28/09/57

Artigo 41º - Todos os Estabelecimentos, Departamentos, Instituições e Serviços do IMMEL, têm por norma a prestação de serviços nos mais elevados sentimentos éticos, em harmonia com os princípios básicos da educação, e da saúde física e moral.

Artigo 42º - Os Estabelecimentos, Departamentos, Instituições e Serviços, referidos neste Estatuto, serão regidos pelo Conselho de Administração e subordinados à Diretoria Executiva, sendo defeso em seus Regimentos Internos, matéria que venha contrariar os princípios deste Estatuto Social.

Artigo 43º - A aquisição de qualquer bem feita pelos Estabelecimentos, Departamentos; Instituições ou Serviços, descritos neste Capítulo, será realizada sempre em nome do IMMEL, como sendo única entidade patrimonial e jurídica.

Das Diretorias Regionais e dos Núcleos de Desenvolvimento Sustentável

Artigo 44º O IMMEL, poderá criar através do Conselho de Administração, Diretorias Regionais e Núcleos de Desenvolvimento Sustentável, os quais procurarão servir à coletividade local e ser fator de integração, estímulo e motivação social, bem como cooperar com os poderes públicos constituídos e com entidades do terceiro setor.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores Regionais e os Gestores dos Núcleos de Desenvolvimento Sustentáveis administrarão os referidos Departamentos por procuração, com poderes específicos, outorgada pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - As Diretorias Regionais e os Núcleos de Desenvolvimento Sustentável terão sua estrutura, funcionamento e competência estabelecidos no Regimento Interno do IMMEL.

Da Assistência à Criança e à Juventude

Artigo 45º - O IMMEL, dará atenção especial às crianças e aos jovens, com a finalidade de promover-lhes o cultivo das boas ações, da ética e da cidadania, do ensino fundamental, médio e superior, habilitando-os para o mercado de trabalho, e para a vida em comunidade, saudável e prazerosa, promovendo atividades de Educação, Saúde, Esporte e Lazer.

Da Assistência à Mulher e ao Idoso

Artigo 46º - O IMMEL dará atenção especial à Mulher e ao Idoso, com a finalidade de promover-lhes uma vida em comunidade, saudável, com atividades de Ensino, Profissionalização, Saúde, Esporte, Lazer, geração de trabalho e renda.

Da Assistência Educacional

Artigo 47º - O IMMEL, envidará todos os esforços e meios disponíveis para desenvolver um programa educacional, dentro de uma filosofia de ética, de consolidação da família, da vida em comunidade, e formação integral da juventude, a fim de completar os esforços da sociedade e das autoridades constituídas, na promoção do ensino, pelo que manterá escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, incentivando ampla integração destas com as comunidades, sendo todas sem fins lucrativos.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: 1 em 2869/57

Parágrafo Único – O IMMEL , promoverá, sempre que possível cursos de alfabetização de adultos; de habilitação profissionalizante, de artesanato e de estímulo aos esportes, à cultura, às artes, à criatividade e de formação moral do menor.

CAPÍTULO V

Do Patrimônio

Artigo 48º - O patrimônio do IMMEL , ainda que não registrado em seu nome, compreende os bens adquiridos, escriturados ou não, como terrenos, prédios e instalações escolares, hospitalares, assistenciais, imóveis residenciais e de outras finalidades, bens móveis, veículos, valores mobiliários, títulos de crédito, marcas, patentes, direitos e demais bens, equipamentos e instalações de sua Sede, de seus Estabelecimentos, Departamentos e Serviços, Diretorias Regionais e Núcleos de Desenvolvimento Sustentável, constantes em seus livros e registros contábeis.

Artigo 49º - A alienação ou oneração de qualquer imóvel, integrante do Patrimônio da Entidade, deverá ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocado, mediante deliberação de dois terços da totalidade dos sócios fundadores e contribuintes.

Parágrafo Único - A alienação ou oneração de bens adquiridos, exigirá aprovação, em Assembléia Geral Extraordinária, de dois terços da totalidade dos sócios fundadores e efetivos. O produto da alienação, quando for o caso, será destinado a entidades congêneres ou entidades vinculadas ao Instituto, definidas pela Assembléia.

CAPÍTULO VI

Dos recursos

Artigo 50º - A receita da Entidade será constituída por: contribuições e donativos de pessoas físicas e jurídicas; subsídios e subvenções de órgãos governamentais; de renda patrimonial; de dotações de entidades congêneres; de rendas próprias de seus Estabelecimentos, Departamentos, Instituições e Serviços, e de indenizações de serviços próprios; mensalidade de manutenção paga pelos sócios fundadores, efetivos e colaboradores, de acordo com o Artigo 7º; contribuições específicas, destinadas a campanhas ou projetos aprovados pelo Conselho de Administração; rendas eventuais e donativos.

Parágrafo único – Os subsídios e as subvenções que forem originadas de Órgãos Governamentais, Municipais, Estaduais e/ou Federal, serão aplicados diretamente nos fins desejados, no território em que o órgão governamental exerça sua competência e jurisdição.

Artigo 51º - Para atingir os fins a que se propõe, O IMMEL, poderá receber doações e legados do território Nacional e do exterior, mesmo com encargos; levantar empréstimos, contratar financiamentos; alugar bens móveis e imóveis, emitir títulos de crédito, fixar e cobrar preços, taxas e /ou contribuições; firmar convênios para prestação de serviços;

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 28/09/97

outorgar anuidades, adquirir, possuir e/ou manter propriedades moveis e imóveis, por compra, doação, em comodato ou a outro qualquer título, bem como alienar e onerar os mesmos, observado o que estabelece este Estatuto a respeito

Parágrafo único - As doações de qualquer espécie, feitas ao IMMEL, não serão devolvidas em tempo algum, ressalvadas as decisões judiciais após o trânsito em julgado.

Artigo 52º - O IMMEL destinará parte de suas receitas para a constituição e manutenção de um Fundo de Investimento Social (FINSOL) o qual será regulamentado pelo seu Regimento Interno.

Artigo 53º - O IMMEL, poderá ainda, subsidiariamente, manter e explorar em seus Estabelecimentos, setores e Departamentos de Prestação de Serviços, elaboração, transformação e/ou venda de produtos de produção própria, ou de outras procedências; objetivando a habilitação e treinamento profissional de seus assistidos e/ou obtenção de recursos adicionais para a manutenção de suas atividades assistenciais.

Artigo 54º - O IMMEL, não tem finalidades lucrativas, não distribui lucros, dividendos, participações ou outro qualquer benefício ou vantagem a qualquer título a seus associados, diretores e conselheiros, mas todas as suas rendas e bens serão utilizados e empregados no país, no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

Artigo 55º - O exercício social e financeiro do IMMEL, coincidirá com o seu ano civil.

Artigo 56º - Os assentamentos contábeis do IMMEL, de seus Órgãos Assistenciais e das entidades a ele subordinadas, serão verificados anual e internamente por uma Controladoria Interna regulamentada em Regimento Interno deste Instituto.

CAPÍTULO VII

Da dissolução e liquidação

Artigo 57º - A Entidade será dissolvida e seu patrimônio destinado a uma entidade sem fins lucrativos, com finalidades semelhantes, quando assim deliberar a Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada.

Parágrafo Primeiro - A deliberação que trata este artigo deverá ser tomada por dois terços da totalidade dos sócios fundadores e efetivos.

Parágrafo Segundo - Não existindo no Município ou no Estado em que a entidade tiver sede, instituições nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se destinará ao Estado.

Artigo 58º - Os associados não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Diretoria Executiva em nome do Instituto.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A em 28/09/14


CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Artigo 59º - Este Estatuto entra em vigor, nesta data, aprovado que foi em Assembléia Geral.


Artigo 60º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração.


Salvador/BA, 29 de março de 2017


Wilson Carlos dos Santos
Coordenador da Assembléia
e Presidente do Cons.de Administração


Jorge Luiz Santa Bárbara Pôrto
Secretário da Assembleia

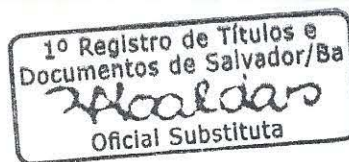
(Registrado no Cartório do 1º Ofício de Reg.Civil Pessoas Jurídicas, sob protocolo A nº 6, microfilme nº 16044, rolo 302, registrado no livro A- 11, nº 16044, em 30.06.2004 e Reformado em Assembléia Geral de 23.08.2008, sendo registrado sob protocolo nº 8, microfilme 26892, rolo 397, reg. No livro A-15 nº 26892, em 26.01.2009. Foi efetuada a averbação à margem do registro nº 16044 no livro A-11). Reformado em Assembléia Geral Extraordinária de 03.03.2012, sendo protocolado, registrado microfilmado sob nº 37063, rolo 500, em 05.04.2013 e efetuada a competente averbação à margem do registro nº 16044 no livro A-11. Reformado em Assembléia Geral Extraordinária de 26.05.2014, sendo protocolado, registrado microfilmado sob nº 39.820, rolo 521, em 04.06.2014 e efetuada a competente averbação à margem do registro nº 16044 no livro A-11.


Antonio Marcos Lima de Almeida
Diretor Executivo


Wilson Carlos dos Santos
Advogado OAB/ BA Nº 14.296

2º processo
1º REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
VERÔNICA ALVES CALDAS
OFICIAL SUBSTITUTA

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: A-11 em 9/8/09/17



INSTITUTO PARA UM MUNDO MELHOR
"Prosperar gerando prosperidade"



Salvador/BA, 29 de março de 2017

Composição da Diretoria Executiva 2016/2020

Diretor Executivo- **ANTONIO MARCOS LIMA DE ALMEIDA**- brasileiro, casado, Aposentado, residente e domiciliado nesta capital à Av. Princesa Izabel nº 468, Aptº 201, Ed. Rio do Ouro, Bairro da Barra, CEP 40140-000, RG nº 148228143, SSP/BA, CPF Nº 121.168.825-91.

Claudio Cirilo Amaral

Coordenador Administrativo - **CLAUDIO CIRILO AMARAL** -brasileiro, casado, Administrador de redes de computadores, residente e domiciliado na. Rua vila Romana 103 apt 018, cond. residencial vila Caymmi, cep:41-635-030 itapuã, Salvador/BA, RG nº 440509173, SSP/BA, CPF Nº 564.261.005-87.

Daiane S. Montenegro SENA

Secretário Geral - **DAIANE SILVA MONTENEGRO SENA** -Brasileira, Engenheira Civil, residente e domiciliada na Rua Osvaldo Gordilho, nº 22, 2º andar, uruguai, CEP: 40450-430, Salvador, BA.,RG: 09280796-86, SSP/BA, CPF: 839.073.435-49.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 43621 DO
LIVRO: 4 em 28/09/17

INSTITUTO PARA UM MUNDO MELHOR
"Prosperar gerando prosperidade"



RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DO IMMEL PARTICIPANTES DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE MARÇO DE 2017.

- 01 – WILSON CARLOS DOS SANTOS
- 02 – VICTAL BYRNES DE OLINDA
- 03 – MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DOS SANTOS
- 04 – ANTONIO MARCOS LIMA DE ALMEIDA
- 05 – OZENY DE SOUZA BRITO,
- 06 – ITACY LOPES CALDAS DOS SANTOS
- 07 – WARNER CALDAS DOS SANTOS
- 08 – JORGE LUIZ SANTA BÁRBARA PORTO
- 09 – WYARA CALDAS DOS SANTOS ESTEVES
- 10 – MATEUS SILVA VENTURA ESTEVES
- 11 – MARCOS ARAUJO DE ALMEIDA
- 12 – PIOTR ZALKOWITSCH
- 13 – RONALDO BARRETOCORREIA
- 14 – DAIANE SILVA MONTENEGRO SENA
- 15 – CLAUDIO CIRILO AMARAL
- 16 – FRANKLIN PEREIRA DE MIRANDA

W. Wilson Carlos dos Santos
Coord. da Assembleia
Pres. Exec. ADM.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 93621 DO
LIVRO: Alm 9809/17

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA EM 29.03.2017**

CONVOCA-SE todos os Associados do Instituto Para Um Mundo Melhor – IMMEL, para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se em:

DATA: 29 DE MARÇO DE 2017.

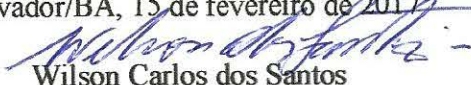
HORÁRIO: EM 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 16:00 H, EM 2ª CONVOCAÇÃO ÀS 16:30 H. E
EM 3ª CONVOCAÇÃO ÀS 17:00 H.

LOCAL: RUA PORTUGAL Nº 5/7, EDF.STATUS, SALA nº 910,
COMÉRCIO, SALVADOR-BAHIA.

COM A SEGUINTE FINALIDADE:

- 1) Reforma do Estatuto Social para alterar o art. 2º (sede e foro);
- 2) Prestação das contas e o balanço geral 2016;
- 3) Aprovação do Orçamento 2017 de receitas e despesas do IMMEL

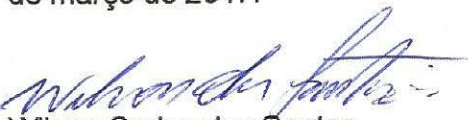
Salvador/BA, 15 de fevereiro de 2017



Wilson Carlos dos Santos
Presidente do Conselho de Administração


**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29.03.2017, DO
INSTITUTO PARA UM MUNDO MELHOR - IMMEL**

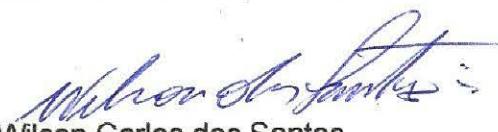
Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 17:00 h. em 3ª convocação, os associados do Instituto para Um Mundo Melhor - IMMEL, reuniram-se, na nova sede do IMMEL, situada na rua Portugal nº 5/7, Ed. Status, Sala 910, Comércio, Salvador, Estado da Bahia, com o propósito de deliberarem sobre os assuntos especificados no Edital de Convocação de 15 de fevereiro de 2017. Foi aclamado para coordenar os trabalhos **WILSON CARLOS DOS SANTOS**, que convidou a mim, **JORGE LUIZ SANTA BÁRBARA PÔRTO** para lavrar a presente Ata. Assumindo a direção dos trabalhos, o coordenador solicitou que fosse lido, o Edital de Convocação para realização da presente Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a pauta de convocação a seguinte: 1) Reforma do Estatuto Social para alterar o art. 2º (sede e foro; 2) Prestação das contas e o balanço geral 2016; 3) Aprovação do Orçamento 2017 de Receitas e Despesas do IMMEL. O Sr. Wilson, Coordenador dos trabalhos anunciou aos presentes que faria a leitura do artigo do estatuto que estava sendo posto em apreciação da Assembléia para sua deliberação. Após a leitura e discussão do Artigo 2º, do Estatuto, foi posta em votação a proposta de reforma do mesmo, a qual foi aprovada por aclamação unânime dos presentes ficando o mencionado artigo alterado e passando a vigorar o Estatuto do Instituto Para Um Mundo Melhor - IMMEL a partir desta data, com a nova redação na forma do anexo I desta Ata. Em seguida passou-se ao item 2) Prestação das contas e o balanço geral 2016. O Coordenador fez a leitura da Prestação de Contas do exercício de 2016, balanço Geral 2016, com os respectivos relatórios do Conselho de Administração e pareceres do Conselho Fiscal. Em seguida submeteu a referida Prestações de Contas e Balanço Geral para aprovação da Assembléia, informando que os documentos pertinentes à Prestação de Contas apresentada se encontravam à disposição de quaisquer dos associados na Secretaria Geral da Instituição, desde 15.02.2017, cfe. Ofício Circular DIREX 01/2017. A Assembléia, por unanimidade, deliberou pela aprovação da Prestação de Contas e Balanço apresentado. Em seguida passou-se ao item 3) Aprovação do Orçamento 2017 de Receitas e Despesas do IMMEL. Após a apresentação do referido Orçamento o mesmo foi posto para Deliberação da Assembléia que manifestou-se por unanimidade pela sua APROVAÇÃO. Cumprida a Pauta do Edital de Convocação da Assembléia, como nada mais houvesse para ser tratado, o Coordenador Senhor Wilson Carlos dos Santos, deu por encerrado os trabalhos e eu, Jorge Luiz Santa Bárbara Pôrto, que servi de secretário e lavrei a presente Ata, com os anexos I, dos Estatutos e II, da Relação dos Associados presentes, a qual lida e aprovada vai assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e Coordenador desta Assembléia Senhor Wilson Carlos dos Santos, pelo Diretor Executivo, Senhor Antonio Marcos Lima de Almeida e por mim. Salvador /BA, 29 de março de 2017.


Wilson Carlos dos Santos

Pres.Cons. Adm. e Coord. Assembléia


Jorge Luiz Santa Bárbara Pôrto
Secretário da Assembléia


Antonio Marcos Lima de Almeida
Diretor Executivo


Wilson Carlos dos Santos
Advogado OAB/ BA Nº 14.296

28/03/2017
1º REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
VERÔNICA ALVES CALDAS
OFICIAL SUBSTITUTA

1
O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 93623 DO
LIVRO: A em 28/03/2017